



ARTIGOS – ARTICLES

Intelectuais públicos: pensamento político através da comunicação pública

Arthur Freire Simões Pires¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
grohsarthur@gmail.com

Como citar este artigo: SIMÕES PIRES, A. F. Intelectuais públicos: pensamento político através da comunicação pública, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº17, p. 36-66. 2024. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Os *intelectuais públicos* obtiveram grande notoriedade durante o século XX ao participarem ativamente da discussão pública, procurando, em linhas gerais, alertar e/ou orientar a audiência que lhes acompanhava. Entretanto, pouco há produzido (leia-se teorizado) sobre esses críticos sociais na universidade, mesmo eles estando associados ao debate público e ao pensamento político. O estudo, portanto, visita a literatura referente a essa função social procurando elaborar conceitualmente sua definição. A análise permite afirmar que a noção de *intelectual público* se caracteriza, em síntese, (1) pela “prática” da comunicação social, (2) pelo conceito de *engajamento* e (3) pela aplicação de ideias (distanciando-se do mero comentário ou palpite).

Palavras-chave: Intelectuais públicos. Sociologia dos intelectuais. História dos intelectuais. Esfera pública; Engajamento.

Public intellectuals: political thought through public communication

Abstract: The *public intellectuals* achieved great notoriety during the twentieth century by actively participating in the public discussion, seeking, in general terms, to alert and/ or guide the audience that accompanied them. However, little has been produced (read theorized) about these social critics in the university, even though they are associated with public debate and political thought. The study, therefore, visits the literature regarding this social function seeking to conceptually elaborate its definition. The analysis allows to affirm that the notion of *public intellectual* is characterised, in synthesis, (1) by the “practice”

¹ Doutorando e mestre em Comunicação Social (PPGCOM/PUCRS) e graduado em Jornalismo (UFPel). Assina textos jornalísticos sob o pseudônimo de Arthur Grohs.

of social communication, (2) by the concept of *engagement* and (3) by the application of ideas (distancing itself from mere comment or hunch).

Keywords: Public Intellectuals. Sociology of intellectual. History of intellectual. Public sphere. Engagement.

Introdução

Os *intelectuais públicos* são uma das várias manifestações histórico-sociológicas dos ambientes letrados na sociedade ocidental. Sobre eles, pouco se há escrito, independentemente da área de estudos. Em princípio, trata-se de um grupo que suscita uma abordagem interdisciplinar (como se deseja aplicar nesse trabalho), pois estão vinculados ao pensamento político do fim do século XIX até meados da segunda metade do século XX, principalmente atuando em veículos jornalísticos. Logo, em tese, vincular-se-iam com a Ciência Política, a Comunicação Social, a Filosofia Política, a História e a Sociologia.

Desses campos, pouco se produziu sobre o assunto nos três primeiros, o que fez com que, especialmente no fim do século passado e início do atual, essa lacuna fosse preenchida principalmente por estudiosos dos últimos dois. A produção, aliás, concentra-se principalmente em países cuja atividade publicística se fez presente sob rubrica de grandes nomes, como Alemanha, Estados Unidos e França. O jornalismo, portanto, não era sinónimo à versão contemporânea da profissão, cuja síntese se vê representada pelo noticiário, pelo *fait divers* (Barthes, 1970; Hohenberg, 1981; Schudson, 2003). O periodismo era entendido, nesses casos, ainda como uma espécie de literatura e carregava consigo características doutrinárias que caracterizavam essa vertente opinativa (Rüdiger, 2017).

Falar de jornalismo opinativo hoje, é, via de regra, discorrer sobre especulações e palpites generalistas, ou um *pedagogismo*, isto é, leituras superficiais ou de carácter explicativo, sem, portanto, o viés crítico que, por anos, foi definidor da profissão. “Até meados do século XX”, contudo, “o jornalismo era simplesmente visto e praticado, não como uma técnica, mas como um género literário na maior parte do planeta que o conhecia” (Rüdiger, 2023, p. 31). Até por isso, não havia receio em “produzir um texto distanciado, objetivo”; mas

havia, sim, o flerte com a expressão poética e a erudição nas palavras, a exploração de gênero literário” (Rüdiger, 2023, p. 31).

A despeito de os *intelectuais públicos* terem ocupado a imprensa como, dentre outros espaços, seu ambiente de trabalho, não os qualifica como membros da classe jornalística — seja em essência, seja por definição. Diga-se de passagem, existem outras formas de intervenção, como falas públicas, ensaios filosóficos, palestras etc. que, de uma forma ou de outra, relacionam-se aos meios de comunicação de massa, sem, todavia, os vincular, em definitivo, à profissão. Contudo, o publicismo tal como ele se desenvolveu, pôs no jogo da discussão política propagandistas que se notabilizaram como *intelectuais públicos* por meio de *artigos de fundo* e de *editoriais* dos veículos aos quais estavam à frente, veja-se Raymond Aron e Jean-Paul Sartre (Dias Junior, 2016; Dosse, 2021; Jacoby, 1990; Judt, 2014; Rüdiger, 2015; 2019; 2023).

Poder-se-ia dizer que os *intelectuais públicos* se movem em um registro mais superficial do pensamento político, que é o da opinião. Porque, em comparação, com o *métier* acadêmico, não possuem a densidade de relatos de pesquisa, citando caso análogo. Entretanto, a acessibilidade de suas manifestações, ao contrário dos universitários, não visa a discussão com pares, mas a publicização de ideias, ou seja, a difusão de seu ideário, de seus argumentos, assim sucessivamente; almejando influenciar (senão orientar) uma audiência mais avolumada.

Ainda que falar em *intelectuais públicos*, atualmente, seja tratar de um assunto que oscila entre o frívolo e o quixotesco², estudá-los possibilita que se recupere parcialmente o *Zeitgeist* do debate público e se compreenda as dinâmicas que os *hommes des lettres* dispunham mediante si. Conforme avistado pelo historiador Russell Jacoby, em *Os últimos intelectuais* ([1987] 1990), no curso do século XX (a partir do período entreguerras), os grandes críticos sociais não tiveram sucessores e sua relevância pública naufragou à medida em que as décadas avançavam. Em especial, nos Estados Unidos (EUA) e na França, onde esses agentes da comunicação pública eram mais abundantes, seu crepúsculo ocorreu em tempos diferentes.

² A esta altura, no século passado, a Europa ocidental e os Estados Unidos, em linhas gerais, possuíam um crescente número de pensadores que, *grosso modo*, não estavam necessariamente nas universidades.

Por alto, os *intelectuais públicos* franceses resistiram até o fim da década de 1970 e início de 1980, podendo-se dizer que as mortes de Sartre e Aron sepultaram o fim dessa era. No caso estadunidense, é difícil estabelecer marcos, mesmo que meramente ilustrativos, tendo em vista que, à luz da análise de Jacoby (1990), o desaparecimento foi diluído em meio a uma série de mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento urbano dos EUA dentre as quais é possível citar a formação de subúrbios e a concentração das universidades nesses novos centros urbanos. Consonante à sua leitura, esses fatores foram parcialmente responsáveis pelo afastamento de *intelectuais públicos* dos grandes centros urbanos; além da busca por estabilidade financeira e valorização da atividade acadêmica. Isso, por sua parte, acarretou com que menos pensadores emergentes tivessem interesse em viver de *freelancing* e de depender de vendas de livros etc., passando, então, a almejar a carreira universitária³.

Entender o efêmero processo de surgimento e de “desaparição” dos *intelectuais públicos*, portanto, exige que se compreenda as mudanças ocorridas na sociedade ocidental desde seu “marco fundador” até seu enfraquecimento. Não por acaso, o paradigma jornalístico sofreu um câmbio: a imprensa francesa (como a alemã e a britânica), entre os séculos XIX e XX, era majoritariamente formada por jornais e revistas voltados ao jornalismo de opinião, o que, como se pode deduzir, privilegia pessoas que fazem do argumento seu carro-chefe. A tendência, cada vez mais crescente, nos Estados Unidos e que, mais tarde, espalhou-se pelo restante do mundo, foi a ascensão do formato informativo em detrimento do opinativo (Hohenberg, 1981; Schudson, 2003). Dentre os motivos pelos quais as empresas jornalísticas fizeram essa migração está principalmente o viés pecuniário da atividade (simbolizado pelo fechamento de importantes folhas, como o *Combat*), cobiçando alcançar um público cada vez maior (Habermas, 2014; Rüdiger, 2017).

³ Jacoby (1990) se concentra em intelectuais públicos de esquerda, entendendo que, na falta de sucessores, os vácuos foram ocupados por representantes de outras “ideologias” (como a neoliberal, a conservadora e a reacionária etc.) e instituições. Esses, somados às mudanças dessa geografia urbana, resultaram por se tornar em uma espécie de crepúsculo desses críticos sociais que se opunham ao establishment e requeriam uma alternativa ao paradigma político da época. A preocupação de Jacoby pairava principalmente pela falta de renovação e pelos supostos candidatos sequer vislumbrarem uma atuação pública por estarem encastelados nos muros da universidade.

Desse modo, quer-se principalmente delimitar um conceito de *intelectual público* através de uma apreciação da literatura nesta pesquisa, após a apresentação das questões historicistas e sociológicas referentes ao período e ao ambiente intelectualizado na Europa Ocidental que culminaram no período dos *intelectuais públicos*. Para isso, entende-se necessário recorrer ao livro *Mudança estrutural da esfera pública* [1962], de Jürgen Habermas, por considerar que tal obra é, via de regra, o estudo que conecta as grandes áreas do saber envolvidas no tema em questão⁴. Somente depois, como o leitor irá perceber, é feita a análise que vinculará os críticos sociais à noção de *engajamento*.

Marco fundador

Como descrito na abertura do trabalho, até a segunda metade do século XX, o jornalismo era entendido e praticado como um gênero literário e, ao observar para as folhas que precederam esse período, percebe-se que havia uma predominância do que mais recentemente se convencionou chamar de jornalismo cultural. Isso porque, na época, a atividade profissional em torno dos jornais era majoritariamente beletrista, isto é, voltada às expressões artísticas; com ênfase, em especial, na crítica cultural e na publicação de excertos de romances ou textos literários, como contos.

Não por acaso, os veículos impressos eram percebidos como “o trampolim para o sucesso literário” (Lustosa, Olivieri-Godet; 2021, p. 9). Somente no século XIX se iniciou o gradativo processo de “divisão do espaço” nos jornais, passando, desse modo, “a ser mais claramente estabelecida com a separação entre os temas relacionados com arte e cultura e a parte mais sisuda do jornal” (Lustosa, Olivieri-Godet, 2021, p. 9). Todavia, “algumas áreas manterão maior porosidade e estimularão mesmo o surgimento de um gênero literário”, caso da reportagem e da literatura policiais, que “se retroalimentariam, produzindo obras ficcionais que garantiram a carreira de alguns autores e

⁴ O conceito de *esfera pública* apresentado será principalmente ligado à discussão dos meios de comunicação de massa, em virtude do entendimento que os sujeitos estudados se notabilizaram justamente através deles e, portanto, integram sua conceptualização.

pavimentaram o caminho para a afirmação de outros gêneros literários que mais tarde surgiriam”, conforme Lustosa, Olivieri-Godet (2021, p. 9).

O evento histórico que demarcou uma mudança paradigmática foi o caso Dreyfus (1894-1910). Trata-se de um pleito jurídico e político sobre a acusação e condenação de um oficial de origem judaica, Alfred Dreyfus, indiciado por traição à pátria por supostamente ter cedido informações sigilosas do Estado francês a inimigos. Condenado em um julgamento a portas fechadas, Dreyfus foi preso e, em seguida, exilado na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. A família, não obstante, buscou a revisão do caso, sensibilizando, nesse processo, o escritor Émile Zola que, quatro anos depois do início desse *affaire*, intercedeu em defesa de Dreyfus. A atuação de Zola contrariou a lógica vigente no *métier* do articulismo com uma série de folhetos que culminou, enfim, em um famoso texto intitulado *J'accuse...!* [*Eu acuso...!*] ([1898] 2008). Esse, em síntese, tratava-se de uma carta aberta endereçada ao presidente da República, na qual o romancista denuncia a conspiração antisemita arquitetada por outros militares, enquanto pede a intervenção do líder executivo (Arendt, 2012; Winock, 2000).

A celeuma na opinião pública veio a reboque das reviravoltas no caso, abafadas por agentes conspiradores dentro do próprio exército francês. Em virtude do impacto que teve na sociedade da época, o último opúsculo foi republicado no jornal *L'Aurore*, no qual Zola não somente sai em defesa de Dreyfus, como também imputa nominalmente um grupo de militares conspiradores. Daí em diante, outras personalidades destacadas (como Émile Durkheim e Marcel Proust) passaram a se posicionar publicamente sobre o *affaire*, instaurando um verdadeiro binômio no debate público francês, tornando-se signatárias, ademais, de um manifesto dos intelectuais, iniciando, assim, de maneira mais manifesta, a ideia de *intelectual público*.

Desassemelhando-se de outros registros, as interposições lançadas nesses pleitos de caráter mais amplo e concernentes à sociedade (em seu sentido mais genérico), tinham como destinatário “uma audiência educada e não especializada” (Jacoby, 1990, p. 18) — à revelia do que hoje os grandes meios de comunicação ambicionam. Essas características, por sua parte, conseqüentemente, estão subordinadas a um momento histórico no qual há um

acesso maior à educação formal e existem círculos sociais que privilegiam a leitura e a discussão literária e política.

Os intelectuais públicos e a esfera pública

Antes de mais nada, o termo “esfera pública”, *grosso modo*, refere-se àquele “domínio da vida em sociedade a que pertence o que é de interesse comum, o que a todos concerne e que, por isso mesmo, deve ser acessível cognitivamente (visibilidade) e fisicamente (abertura)”, conforme Gomes (2014, p. 223). Assim, “a *esfera pública* é descrita como um âmbito normativamente livre do domínio do poder do Estado” (Gomes, 2014, p. 223; grifo do autor). Por conseguinte, é um espaço que supostamente garante igualdade política entre os sujeitos, respeitando a liberdade política deles. A *esfera pública moderna*, em vista disso, está posicionada entre a *esfera privada* e o Estado. Então, vê-se que existem diversas camadas interagindo, como resumiu o autor:

Enquanto a esfera privada da economia pretende se defender da intromissão do Estado e quer a liberdade para negociar preços e produtos, e a esfera íntima reivindica os direitos da privacidade subjetiva e da intimidade, a *esfera pública política* reivindica que os negócios públicos (os assuntos da comunidade política) sejam objeto da livre negociação horizontal no mercado de ideias e argumentos (Gomes, 2014, p. 223; grifo do autor).

A questão que importa é que, de maneira paulatina, a premissa de que a discussão entre pessoas orientadas por uma razão pública foi sendo alterada porquanto a burguesia se afirmava como classe dominante, à luz da análise de Habermas (2014). Frankfurtiano, entendeu que os meios de comunicação de massa sobrepuseram os espaços nos quais, em princípio, as pessoas interessadas discutiriam em igualdade e nos quais o argumento importaria mais do que outros aspectos (como políticos e sociais) (Gomes, 2014). Logo, “a comunicação representa uma categoria profundamente comprometida com o projeto de dominação contido nas estruturas da racionalidade moderna”, como sintetizado por Rüdiger (2011, p. 95-96), além de representar “a conexão estabelecida entre os sujeitos no processo de dominação da natureza”, remetendo, então, “à lógica da troca mercantil, em que todas as coisas se comunicam, em que todas as particularidades são subsumidas à medida comum do dinheiro”.

Isso é percebido quando o filósofo alemão descreve o processo de transformação do público que debate a cultura em uma audiência cativa. À luz de sua análise, a massificação da cultura culminou em um público com maior acesso, mas, ao mesmo tempo, menor capacidade crítica diante das articulações da indústria cultural. Como resultado, o mercado, agente ativo durante essa transição, catalisou sua produção sob essa nova orientação, que ganhava novos consumidores, atrelados aos produtos culturais despojados do debate político, em linhas gerais. Deve-se considerar que o próprio Habermas (2014, p. 117) escreve que a *esfera pública* moderna é “determinada pelo publicismo”, ou seja, a mudança estrutural passa diretamente por essa guinada dos meios de comunicação (que sinaliza a deterioração do publicismo, no caso do jornalismo, em benefício de um formato mais sensacionalista). Afinal, passa a ser menos interessante para a burguesia o conteúdo doutrinário, desempenhado pelas folhas publicistas (as quais, perdiam a “competição”, por exemplo, para os tabloides)

Em síntese, o filósofo alemão descreve o processo de degradação dos princípios da *esfera pública*. Antes, tratava-se de um espaço de diálogo e que, com as mudanças da sociedade, tornou-se uma espécie de propriedade das classes dominantes. Quer dizer, no que concerne ao jornalismo, ainda no século XVIII, os artigos de jornal eram tanto objeto de debate quanto “parte integrante dessas discussões, como mostra o fluxo de cartas de leitores, das quais o editor publicava semanalmente uma amostra” (Habermas, 2014, p. 162); sem embargo, diversas alterações ocorreram e, dentre elas, a comercialização dos bens culturais, que “foi outrora um *pressuposto* para a discussão mediante razões”, como afirmou o autor:

Mas ela própria ficou, em princípio, excluída das relações de troca, permanecendo justamente como centro daquela esfera na qual os proprietários privados pretendiam se encontrar uns com os outros como “seres humanos”, e apenas como tais. *Grosso modo*: para a leitura, o teatro, o concerto e o museu era preciso pagar, mas não ainda para o diálogo sobre o que se leu, ouviu ou viu e menos ainda para que se pôde assimilar no diálogo. Hoje, o diálogo como tal é administrado: debates profissionais de cátedra, discussões de auditório, *round table shows* [mesas redondas] — a discussão mediante razões conduzida por pessoas privadas torna-se quadro de programas de estrelas no rádio e na televisão, passa a ter caixa suficiente para distribuição de ingressos, obtém forma de mercadoria mesmo nas sessões em que qualquer um pode

“participar”. Absorvida nos “negócios”, a discussão acaba se formalizando. Posições e contraposições estão de antemão comprometidas com determinadas regras do programa. O consenso sobre o assunto já não é mais necessário, uma vez que há um consenso amplo sobre como tratá-lo. Formulações de problemas são definidas como questões de etiqueta. Os conflitos, outrora resolvidos na polêmica pública, são derivados para o plano dos atritos pessoais. A discussão mediante razões, arranjada dessa forma, certamente preenche funções sociopsicológicas importantes, a começar por aquela de ser um substituto tranquilizante para a ação. No entanto, sua função publicística perde cada vez mais. O mercado de bens culturais assume novas funções na forma ampliada do mercado do tempo livre” (Habermas, 2014, p. 365-366)

Então, o cenário da comunicação pública passa por sucessivos processos de deterioração do conteúdo crítico, em benefício dos interesses pecuniários da classe burguesa que, via de regra, detém os principais meios de comunicação. Por isso, Habermas (2014, p. 377) diz que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa é *esfera pública* apenas na aparência”. A análise do filósofo alemão é de grande valia porquanto se dedica parcialmente a apresentar e explicar — não apenas a relação entre o estado democrático de direito e os meios de comunicação de massa — como se deu o desenvolvimento das mídias até seu *estado de coisas* no século XX (Garnham, 1997).

Os *intelectuais públicos* (e sua história em particular) vinculam-se aos contributos habermasianos porquanto ocupavam os espaços do debate literário e político; o que significa dizer também que sua relevância acompanha a queda desses espaços. Com sua origem no fim do século XIX, inserem-se em um momento de declínio da *esfera pública* burguesa e, discutivelmente, em pouco tempo, têm seu crepúsculo. Esse ocaso, porém, não significa a extinção generalizada, mas a perda significativa de relevância (e de participação na vida pública) e, conseqüentemente, uma alteração parcial em suas características. Em outras palavras, os *intelectuais públicos* não se perpetuaram aos moldes de seu auge, e Jacoby (1990) foi capaz de perceber essa decadência ao alertar sobre a ausência de uma renovação geracional.

Conforme seus argumentos, a sociedade foi alterada bruscamente desde a II Guerra Mundial e, por conseguinte, suas transformações influenciaram de maneira direta na cultura geral. Segundo o autor, trata-se de uma lacuna ocasionada pela ampliação da universidade (nos mais variados sentidos) e da

qualidade de vida nas grandes cidades, *grosso modo*. Isso teria influenciado os jovens das gerações seguintes a se preocuparem mais com as carreiras acadêmicas e a buscar regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos (como os subúrbios estadunidenses), como resultado, “a cultura pública se torna mais pobre e mais velha” (Jacoby, 1990, p. 21).

Ao considerar que o grande público se tornava cada vez mais educado e, ao mesmo tempo, menos leitor e mais consumidor do grande repertório de produtos culturais passivamente, tem-se que essa série de mudanças desprivilegiava o debate público, resultando na progressiva substituição de *intelectuais públicos* que se opunham à burguesia (como Charles Wright Mills e Edward Said) por pessoas públicas que encarnavam os valores da classe dominante (Habermas, 2014; Jacoby, 1990). Significa dizer que a noção de *esfera pública* passou a ser dominada principalmente pelos interesses da *esfera privada* (a qual, em princípio, entender-se-ia como uma força em disputa com o poder público, mediados pela *esfera pública*, falando genericamente).

O exposto sintetiza, malgrado muito brevemente, o fato de que os *intelectuais públicos* são críticos sociais que, em maior ou menor grau, associam-se (1) à comunicação política de caráter público, bem como fazem parte de sua história, e (2) sua derrocada tem grande relação com as mudanças relacionadas ao, assim chamado, mercado da comunicação⁵. Por conseguinte, o estudo desses agentes faz com que o campo da Comunicação possa ser inserido no estudo do pensamento político, situando-a em um plano mais raso em comparação à Ciência Política, à Filosofia Política, à Sociologia Política, a título de ilustração, que é o plano da *opinião*. Uma vez que foi apresentado os aspectos concernentes ao historicismo desses sujeitos, importa, a seguir, apresentar sua definição conceitual, diferenciando-os dos demais jornalistas, dos acadêmicos e dos políticos.

⁵ Com a expressão “mercado”, deseja-se referir a uma série de acepções: (1) mercado de trabalho, (2) disputas e monopólios de empresas desse segmento e (3) as diferentes tecnologias que influenciaram os outros dois números e seus efeitos em relação ao ambiente midiático (como rádio, televisão etc.).

Literatura em choque, um conceito em aberto

O que são os *intelectuais públicos*, afinal? Como mencionado antes, há uma vasta literatura nos campos da História e da Sociologia dedicados a discutir a definição e as dinâmicas, entretanto, existem poucas obras e estudos com o objetivo de caracterizar os críticos sociais públicos. Com frequência, inclusive, nota-se uma confusão conceitual em que as diferenças são desprezadas e/ou esquecidas, além de se alargar a noção em um nível que acabe despojada de especificidade (Bobbio, 1997; Pinto, 2023; Posner, 2003; Said, 2005).

A elaboração do conceito, todavia, deve tanto obedecer a materialidade do fenômeno quanto ao seu tempo histórico. Posto de outra forma, sem o vínculo com as condições históricas que forjaram o fenômeno e, além disso, extraindo somente uma parte do todo, o conceito será, respectivamente, anacrônico, na melhor das hipóteses, ou uma distorção do real. Tendo isso em conta, vale sumarizar ambas frentes que foram expostas nas seções anteriores, a saber: os *intelectuais públicos* surgiram no fim do século XIX e foram fruto de uma transformação estrutural da *esfera pública burguesa*, do mesmo modo que foi seu desaparecimento (cuja sucessão se deu por fatores imbricados à consolidação do capitalismo, alterando a lógica do funcionamento das folhas e da transformação de um público leitor em um público consumidor). Logo, falar em *intelectual público*, por exemplo, na Grécia Antiga ou na Idade Média, é uma deturpação tanto conceitual quanto temporal. Alternativamente, como sumarizado por Norberto Bobbio,

por mais que toda sociedade em qualquer época tenha em seu seio os representantes daquele poder que, diferentemente do poder econômico e do poder político, se exerce com a palavra e, mais em geral, por signos e símbolos, hoje, quando falamos de intelectuais referimo-nos a um fenômeno característico do mundo moderno, no qual ocorreu a separação da ciência mundana, primeiro voltada para a natureza e depois voltada para o homem e a sociedade, da ciência divina, aquele processo de secularização que Weber chamou de “desencanto”. Não se pode dissociar o significado de “intelectual” do significado de “intelecto” ou de “inteligência”, e portanto do uso prevalente de operações mentais e de instrumentos de investigação que têm relação com o desenvolvimento da

ciência. Seria forçado, portanto, introduzir no conceito atual os depositários da sapiência oculta das sociedades primitivas ou em geral os sacerdotes das sociedades religiosas. Podem ser assimilados uns e outros pelas funções que exercem e ainda porque ocorre com frequência que o exercício da razão seja substituído pelo culto da razão e os seus cultores comportem-se como sacerdotes/ mas a diferença com respeito à forma do saber, com base na qual uns e outros atingem os seus símbolos e, portanto, o seu poder, permanece e não pode ser cancelada sem que se incorra em uma perigosa contaminação (Bobbio, 1997, p. 120).

Isso posto, deve-se observar que a literatura acerca do grupo social intelectual varia e possui distintas classificações (González, 2001), sendo, quase sempre publicada em formato de ensaio. Os critérios de cada autor se associam ao propósito de suas considerações, quando o fazem; não obstante, alguns procuram falar da generalidade dos intelectuais, atentando para seu caráter público. Em vista disso, é possível definir o sujeito intelectual como alguém cuja profissão se baseia na difusão de seu pensamento. Dessa maneira, é necessário, sem embargo, ultrapassar essa definição genérica e pensar desde as especificidades, isto é, acrescentar elementos que distinga os *intelectuais públicos* das demais classificações. Por óbvio, essa elaboração vai além da natureza pública imanente a esses críticos sociais. Assim, salienta-se os trabalhos de Richard Posner, jurista estadunidense, autor do livro *Public intellectuals: A study of decline* ([2002] 2003) e dos comunicólogos Daniel Brower e Catherine Squires⁶ (2008) que, em certa medida, propuseram-se a conceituar.

Sucintamente, a interpretação de Posner acerca dos *intelectuais públicos* fornece elementos para uma noção generalista desse grupo da *intelligentsia*. Compreendendo-os como *aplicadores de ideias*, o autor estadunidense entende que esses críticos sociais estão inevitavelmente associados a “questões de grande interesse público” (Posner, 2003, p. 18)⁷, intervindo no debate público com o propósito de alertar ou denunciar algo ou mesmo influenciar (senão orientar) a grande audiência para uma direção alternativa.

⁶ Cujo trabalho foi publicado na coletânea *Public intellectuals: an endangered species?*, dos sociólogos Amitai Etzioni e Alyssa Bowditch (2008).

⁷ Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

Considera que, além disso, os *intelectuais públicos* estão invariavelmente vinculados ao presente — o que justificaria eventuais confusões entre eles e os publicistas —, defendendo, desse modo, que “é muito mais provável que” o *intelectual público* “esteja reagindo a algum evento ou situação contemporânea, ou a algum comentário sobre esse evento ou situação, do que estar buscando um caminho de pesquisa bem definido, que é o estilo acadêmico” (Posner, 2003, p. 32). Então, “o *intelectual público*”, ainda segundo o autor, “obtem uma audiência engajando-se com algum assunto que tem a atenção do público” (Posner, 2003, p. 32; grifo do autor). A exigência, conforme Posner (2003, p. 32), por rapidez em se posicionar faz com que o sujeito seja “atraído para tomar posições extremas (ou talvez as pessoas atraídas para tomar posições extremas são mais propensas a encontrar a carreira intelectual pública um atrativo)”.

A visão de Posner sobre os *intelectuais públicos* é, até certo ponto, problemática. Primeiro, porque, ao longo do livro, considera uma variedade que contrapõe o próprio historicismo do conceito (podendo-se citar, dentre outros, nomes como Thomas Hobbes, David Hume e Maquiavel). Além disso, é possível dizer que o autor apresenta certa antipatia ao caráter doutrinário desse tipo de crítico social, entendendo que o respaldo favorece intervenções que têm como principal objetivo a polêmica, ao invés de uma exposição crítica.

Todavia, sua leitura favorece uma distinção — ainda que ele mesmo não a aplique de maneira contumaz — entre os *intelectuais públicos* e demais variações da *intelligentsia*. Uma vez que, ao observar suas colocações, percebe-se que essa função social opera em função do interesse da coletividade, pautado, ademais, pela agenda pública contemporânea. O seu vínculo com a suposta massa se dá na afinidade com o bem-estar coletivo e com a emergência dos assuntos nos quais se insere. O último ponto a se destacar de sua pretensa formulação seria o aspecto de *aplicadores de ideias*, pois se subentende que, diferentemente de comentaristas, trazem alguma reflexão que se sobreporia ao mero palpite ou à análise superficial.

No limite, Posner não é um teórico, ou seja, seu objetivo é discutir o fenômeno em tom ensaísta, tecendo suas percepções particulares (sem o compromisso do rigor metodológico, a título de ilustração). Isso, por sua vez, contribui para explicar a formulação vacilante disposta por ele. Ademais, sua

compreensão do que são os *intelectuais públicos* é vaga, ao passo que, sozinha, não consegue superar um grau de subjetividade que concerne ao campo das ideias (isto é, o que definiria que um sujeito possui ideias e o outro não?). Ambos os pontos, assim sendo, escancaram-se pelo aspecto historicista de sua formulação (ou a falta dele).

O caso de Brouwer e Squires é diferente, pois são, ao contrário, dois acadêmicos que se lançaram ao objetivo de discorrer sobre os *intelectuais públicos*. Sugerem, isso posto, que esses críticos sociais são atravessados por três *topoi*⁸, a saber: (1) *amplitude (breadth)*, (2) *local/localização (site/location)* e (3) *legitimidade (legitimacy)*. À luz de seu argumento, entendem que esses três pilares se sobrepõem um ao outro, conquanto estão relacionados com o próprio expediente dos sujeitos em questão.

Antes, porém, sua análise parte da antítese entre os membros da *intelligentsia* acadêmica e da pública. Porque a linguagem e os meios nos quais eles se inserem, entendem os autores, são os principais elementos de distinção desses dois tipos de intelectuais que tanto se confundem no *sensu comum*. Até por isso, “espera-se que os *intelectuais públicos* percorram uma linha tênue entre ter credenciais acadêmicas impressionantes e a aprovação ou admiração de especialistas em suas áreas escolhidas”; mas, ao mesmo tempo, portando capacidade de chegar a “um público mais amplo e/ou ter algum impacto nos importantes debates” do cotidiano (Brouwer; Squires, 2008, p. 39; grifo do autor). Do contrário, caso sejam “incapazes de negociar essas expectativas, são considerados malsucedidos” (Brouwer; Squires, 2008, p. 39).

Ao observar os três pilares definidores da atuação de *intelectuais públicos* sumarizados pelos autores, vê-se que se tratam de considerações relativamente simples cujo propósito é fortalecer essa triagem. A ideia de *legitimidade*, por exemplo, desdobra-se em dois eixos: (1) de independência de pensamento (quer dizer, sem vínculos com qualquer forma de *lobby*) e (2) apropriação dos temas nos quais se arvoram. Quando o sujeito não contempla esses aspectos, torna-se

⁸ Expressão grega que designa temas que embasam determinada retórica.

questionável, do ponto de vista intelectual e moral, colocando em xeque a reputação (Brouwer; Squires, 2008)⁹.

Enquanto, “a *amplitude*”, explicam, “assume diversas formas”, como (1) “a amplitude da aprendizagem e da formação de alguém”; (2) o repertório de temas e a profundidade com a qual os abordam; do mesmo modo que (3) a importância desses assuntos (Brouwer; Squires, 2008, p. 35). Também (4) a variedade de produções que o *intelectual público* pode criar e, por fim, (5) “a extensão do público real ou possível para o trabalho do intelectual” (Brouwer; Squires, 2008, p. 35). Sem embargo, importa notar que a maioria desses pontos reincide nas generalizações mencionadas antes. Afinal, excetuando-se a questão referente à audiência, cabem, genericamente, a qualquer trabalho intelectual. O que permite concluir que pouco contribuem em uma conceptualização, senão que a prejudicam. Porque a própria ideia de *amplitude*, em certa medida, contrapõe-se à noção de especialização, possibilitando inferir que, na definição em questão, os *intelectuais públicos* precisariam ser especialistas em um grande leque de temas e, ao mesmo tempo, conseguir se comunicar com a grande massa, sem prejuízos; portanto, quixotesca ou irreal.

O único ponto no qual Brouwer e Squires de fato salientam um ponto que se pode considerar característico é o de *local/localização*, pois apresentam reflexões muito breves acerca dos espaços comunicacionais os quais os *intelectuais públicos* ocupam. No entanto, citam marginalmente autores, como Jacoby (1990), que se manifestaram sobre isso; em especial, relacionando o tema da mudança da geografia urbana (que acarretou na expansão da universidade, complexificação da vida nas cidades e os problemas sociais que motivaram a classe média e alta a sair dos grandes centros urbanos rumo aos subúrbios, e assim sucessivamente) com o *status quo* dos críticos sociais em questão. Quer dizer, a comunicação pública, elemento que, por sua parte, mais determina a função do *intelectual público*, vê-se relegada no campo da especulação.

Por conseguinte, o exposto permite inferir que tanto Posner quanto Brouwer e Squires não apresentaram propostas sólidas em suas teorizações, permanecendo distante de uma acepção capaz tanto de diferenciar quanto de

⁹ Como exemplo disso, os autores citam o caso do filósofo Roger Scruton, “que recebeu um financiamento mensal dos interesses tabagistas”, prejudicando fortemente sua reputação.

descrever os *intelectuais públicos*. O quadro se agrava à medida em que se observa a literatura proposta a discorrer sobre a figura intelectual (em especial, situando-a na sociedade). Porque é notada uma certa tendência de assumir o sujeito intelectual como um alguém devedor da sociedade e, por isso, atrelado a um tipo de responsabilidade social, como percebem Charles Wright Mills (2008; 2009) e Edward Said (2005). Na direção oposta, porém, vê-se em Thomas Sowell (2011) uma crítica por conta dos *intelectuais públicos* (de esquerda), sob o argumento de que seus discursos estão pactuados em uma demagogia, portanto, a ausência de uma responsabilidade social.

Esse conjunto de fatores, todavia, não deve passar despercebido, pois, de uma forma ou de outra, os autores estão, em essência, discutindo a motivação pela qual um intelectual deve ou não se fazer público — e todos o fazem partindo da noção de *engajamento*. Isso, por seu turno, relaciona-se diretamente com a atuação de Émile Zola no caso Dreyfus. Apesar de não ser rotulado dessa maneira e tampouco se considerar como tal, ao interceder pelo oficial francês, Zola teve como principal justificativa a defesa da moral. Até certo ponto, Wright Mills e Said defendem uma espécie de compromisso moral, sobretudo destinado às minorias e às classes mais baixas, enquanto Sowell faz a contestação dessa causa. Posner, em determinado ponto, utiliza o verbo “engajar” sem, entretanto, aprofundar-se para além do uso corrente.

Tudo leva a crer, não obstante, que tanto no caso de Zola quanto na generalidade dos *intelectuais públicos*, não se trata simplesmente de um impulso moralista, mas de um *engajamento*. Esse conceito, por seu turno, emerge como um elemento em potencial capaz de solucionar o que ainda permanece em aberto, ou o que ainda não foi resolvido, em se tratando da teorização em torno desses críticos sociais.

Engajamento, a alternativa conceitual

Em um recente livro, o sociólogo francês Louis Pinto atrela aos intelectuais a noção de *engajamento* como elemento de clivagem em meio a uma variedade subjetiva de seus representantes. O autor pouco detalha o conceito (se é que o entende como tal), preconizando a partir de situações concretas (como,

por exemplo, colaboracionistas e resistentes; reformistas e grevistas, e assim por diante), por entender que essas são as oportunidades para realizar, decerto, uma triagem. De acordo com o autor, analisar os *engajamentos* possibilita romper com abordagens “bastante atraentes, mas não, ou pouco, sociológicas” (Pinto, 2023, p. 116).¹⁰ Entretanto, ao cabo, apesar de oportuna, sua definição de *engajamento* poderia ser resumida simplesmente como uma tomada de posição política.

Há de se discriminar, antes de avançar na matéria, que existe um certo desgaste em torno do termo em questão, como observado por Rafael Grohmann (2018). Por se tratar de uma noção que é empregada “para nomear as atividades dos sujeitos em processos comunicacionais” (Grohmann, 2018, p. 3), a expressão passou a se fazer presente como jargão em uma variedade de profissões e subáreas. Sendo hoje, com grande frequência, associada aos publicitários e *social media* ao se referirem a dados e interações entre usuários nos sites de rede social (Guedes; Sampaio, 2024; Massarini; Waltz; Medeiros, 2024). O comunicólogo brasileiro supracitado expõe que em cada contexto a ideia de *engajamento* passou a ter papel sinonímico ao de ações ou ideias mais mundanas, como de participação, tomada de posição política e, até mesmo, persuasão. Isso, ainda em consonância com o estudo do autor, levou a um acentuado desgaste do termo, reduzido, em muitos casos, a uma senha de significado vago.

No entanto, trata-se de um conceito que esteve em voga no século XX, em especial, em meio à *intelligentsia* que se estabeleceu na margem esquerda do rio Sena, em Paris, durante a II Guerra Mundial, formada, dentre outros, por Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Raymond Aron e Simone de Beauvoir. Essa geração, discutivelmente a última de *hommes de lettres* tinha, em seus representantes sujeitos que participavam ativamente da vida política (não apenas francesa, mas internacional), que atuavam por meio de jornais, revistas, ensaios filosóficos e literatura de ficção, dentre outras formas. Muito se discutiu uma *literatura engajada*, fruto, segundo Denis (2002), da influência cultural exercida pela Revolução Bolchevique [1917]¹¹ no ideário da

¹⁰ Casos de abordagens “puramente biográficas (ora hagiográficas, ora polêmicas), culturalistas (referindo-se a uma época ou a um meio) e ideológicas (centradas em conteúdos doutrinários”, como explica Pinto (2023, p. 116).

¹¹ Sucintamente, foi um dos mais importantes capítulos da Revolução Russa (1917-1923), levando o partido bolchevique (de Lenin, Stalin e Trotsky) ao poder.

esquerda francesa. A consequência disso foi uma adesão de intelectuais escritores ao Partido Comunista Francês, suscitando uma divisão, assim, “entre escritores engajados e não-engajados”.

Denis (2002; p. 22) propõe uma discriminação questionável sobre escritores engajados e intelectuais engajados, no qual o primeiro abandonaria “o terreno da literatura”, constituindo-se como um intelectual em si mesmo; enquanto o segundo “deseja fazer de modo que a literatura seja parte integrante do debate sociopolítico”. Contudo, entende-se que, nesse cenário, os escritores chamados de “engajados”, via de regra, tratavam-se de *intelectuais públicos* e que a literatura, ao contrário do que o autor sugere, é mais um entre outros meios pelos quais exerciam sua função de crítico social. Deve-se ater, na realidade, à ideia de engajamento, cuja maioria da literatura vê encarnada principalmente na figura de Sartre (Chauí, 2006; González, 2001; Rüdiger, 2015; Silva, 2006).

Benoît Denis não foi um teórico do *engajamento*; na verdade, o centro de sua análise é a noção de *literatura engajada*. A relação entre uma coisa e outra, em seus escritos, parece ser pormenorizada, na medida em que, no capítulo destinado à definição do primeiro conceito, discorreu quase exclusivamente sobre o segundo. Entretanto, pode-se depreender de suas considerações alguns elementos para se pensar o *engajamento*. Uma vez que, por exemplo, entende que se trata de algo que “não é antes de tudo política”, mas, na realidade, o desejo de colocar “as questões morais ou éticas”, em consideração com a coletividade, estejam presentes “em considerações políticas” (Denis, 2002, p. 35). Além de entender o escritor engajado concebe a literatura “como uma *iniciativa* que se anuncia e se define pelos fins que [o escritor] persegue no mundo” (Denis, 2002, p. 35; grifo do original).

Por mais que esse autor tenha tentado diferenciar o escritor do intelectual, a verdade é que no momento em que essa *literatura engajada* acontecia, os escritores eram também intelectuais. Portanto, quando Denis (2002, p. 36) escreve que o *engajamento* se caracteriza pela “recusa da passividade com relação” aos acontecimentos no mundo (sobretudo em relação à cultura), ele fala sobre o processo de intervenção de um sujeito em relação a essa arena. Sem embargo, não se deve limitar a noção em questão a *agir*, pois, quando se atenta ao momento auge dos *intelectuais públicos*, recorda-se que esses sujeitos “foram levados a crer

que a palavra é sempre engajada politicamente e, portanto, não há relato ou retrato neutro ou objetivo da realidade” (Rüdiger, 2013, p. 104). Logo, como elucidado por Marilena Chauí, trata-se de o ponto de partida, vinculado a uma rede de relações que, finalmente, deságuam na literatura, no jornalismo etc.:

A tomada de decisão é exatamente o que procura exprimir a noção de *engajamento* ou do intelectual como figura que intervém criticamente na esfera pública, trazendo consigo não só a transgressão da ordem (como afirma Bourdieu) e a crítica do existente (como pretende a Escola de Frankfurt), mas também a crítica do modo de sua inserção no modo de sua produção capitalista e, portanto, a crítica da forma e do conteúdo de sua própria atividade ou das artes, ciências, técnicas, filosofia e direito. Assim concebida, a noção de engajamento é inseparável da compreensão de que as artes e o saber são *instituições sociais* no sentido forte do termo, ou seja, não apenas porque estão determinadas pelas condições sociais que definem, historicamente sua produção, circulação e conservação, mas sobretudo porque exprimem as relações sociais, políticas e culturais em que são produzidas, distribuídas e conservadas. Enraizadas em seu tempo, é essa dimensão expressiva das obras de arte e de pensamento que permite falar em sua autonomia, entendida como trabalho para transformar as experiências *dadas* em experiências *compreendidas*. (Chauí, 2006, p. 28-29; grifos do original).

Considerando tudo o que foi apresentado, a noção de *engajamento* está distante de ser, como em alguns casos é utilizada, meramente como uma posição política ou uma atenção contínua. Ao observar os vários estudiosos que proporcionaram contribuições e visões particulares, pode-se tratar como uma participação ativa na vida pública atrelada a uma causa, uma visão de mundo, uma moral etc. Assim, entende-se que esse conceito integra o conceito de *intelectual público* porquanto o distingue, por exemplo, de intelectuais acadêmicos e intelectuais partidários.

Conclusão

Um *intelectual público*, tendo em vista a arguição apresentada, é um crítico social cuja definição está lastreada nas condições de seu surgimento e de seu

auge. Sendo, dessa maneira, composto pela intervenção pública de caráter doutrinário e capaz de mobilizar ou sensibilizar uma audiência letrada e generalista em relação à agenda e ao interesse da coletividade. No âmago dessa ação, conquanto, consta a noção de *engajamento*, ou seja, que o vincula com a causa por meio de um compromisso moral. Esse, portanto, configura-se como elemento distintivo dos *intelectuais públicos* por os diferenciar dos demais tipos de intelectuais: caracteriza a atuação constante *na* vida pública.

Além disso, deve-se mencionar o fato de, como salientado por Posner (2003), tratam-se de *aplicadores de ideias*. Essa expressão, por seu turno, possui importância particular ao passo que sugere uma robustez (senão embasamento e profundidade) maiores que o comentário e o palpite, presentes cada vez mais nos meios de comunicação tradicionais (Joffe, 2003; Piza; 2007; Pinto, 2016). Com alguma frequência, a título de ilustração, os *intelectuais públicos* são chamados de (senão confundidos como) “filósofos públicos”, pois, como entendem alguns, há uma relação direta do conteúdo apresentado por esses críticos sociais, assemelhando-se à escrita filosófica (Melzer; Weinberger; Zinman, 2003; Wainberg, 2021)¹². Não raras as vezes, são igualmente confundidos com publicistas, e muito se deve ao fato de que são pensadores que, amiúde, encontram-se em veículos jornalísticos e, outrossim, flertam com aspectos particulares do jornalismo (como o “aqui e agora”, isto é, abordam temas emergentes e hodiernos). Apesar disso, não se trata simplesmente de emitir uma opinião ou um juízo sobre algo da pauta cotidiana, mas, com efeito, discorrer sobre assuntos ligados ao interesse da coletividade por meio de uma argumentação, com o objetivo de verdadeiramente impactar na arena política, em alguma medida. Em síntese, alguém cuja moral e ideias estejam acima dos interesses político-pecuniários (Camus, 2007).

Enfim, convém sublinhar que o estudo apresentado não dá conta da totalidade da matéria. Porque, malgrado se trouxe à baila textos relevantes ao tema, outros, por questão da extensão, ficaram de fora (caso de como *La Trahison des clercs* [1927], de Julien Benda, e *L'Opium des intellectuels* [1955], de Raymond Aron, dentre outros). Isso impede que se avance, por exemplo, na discussão de

¹² Entretanto, há de se ressaltar que muitos deles possuíam formação em Filosofia, como Camus, de Beauvoir, Merleau-Ponty e Sartre.

se o *engajamento dos intelectuais públicos* é sempre moral ou se se divide entre moral e político-partidário. Esse tópico não se consolidou propriamente como um debate, não obstante, ver-se-á inclinações de interessados em considerarem um ou outro (Judt, 2014; Pinto, 2023; Said, 2007; Sowell, 2011; Wright Mills, 2008; 2009).

Sem embargo, o esforço empreendido visou primeiramente se contrapor à prática relativamente frequente de etiquetar intelectuais sem compromisso com o rigor acadêmico ou aplicando uma classificação de outrem, de maneira acrítica ou anacrônica. Desse modo, diferentes pesquisadores inseridos em subcampos das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas terão, desde já, um trabalho em que, concordando ou não com a abordagem e com os achados, reúne importantes referências e visa salientar aspectos historicistas e sociológicos imanescentes à dinâmica do grupo intelectual em questão.

Referências

ARON, R. **O espectador engajado**: entrevistas com Jean-Louis Missika e Dominique Wolton. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BARTHES, R. Estrutura da notícia. *In*: Barthes, R. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMUS, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção?. *In*: NOVAES, A. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIAS JUNIOR, A. Raymond Aron: Engajamento e política no contexto da sociedade industrial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. 673-695, 2016.

DOSSE, F. **A saga dos intelectuais franceses 1944-1989**. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

ETZIONI, A.; BOWDITCH, A. **Public Intellectuals an endangered species?**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

GOMES, W. Esfera pública política. *In*: CITELLI et al, A. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

- GONZÁLEZ, H. **O que são intelectuais**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GRANHAM, N. The Media and the Public Sphere. *In*: CALHOUN, C. **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT, 1997.
- GROHMANN, R. A Noção de Engajamento: sentidos e armadilhas para a pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. ID29387, 2018. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.29387. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/29387>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- GUEDES, B.; SAMPAIO, I. Estratégias de engajamento de crianças no Instagram: entre anúncios e conteúdos da marca Danoninho. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e44162, 2024. DOI: 10.15448/1980-3729.2024.1.44162. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/44162>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: UNESP, 2014.
- HOHENBERG, J. **O jornalista profissional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.
- JACOBY, R. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural/Edusp, 1990.
- JOFFE, J. The Decline of the Public Intellectual and the Rise of the Pundit. *In*: MELZER, A.; WEINBERGER, M.; ZINMAN, R. **The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.
- JUDT, T. **O peso da responsabilidade**: Blum, Camus, Aron e o século XX francês. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- LUSTOSA, I.; OLIVIERI-GODET, R. **Imprensa, História e Literatura – Volume 2**: ser ou não ser jornalista: o fim da era romântica. 7 Letras, 2021.
- MASSARANI, L.; WALTZ, I.; MEDEIROS, A. Percepção de risco e engajamento nas redes sociais: O debate público sobre vacinação durante o segundo ano da pandemia de Covid-19. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e44004, 2024. DOI: 10.15448/1980-3729.2024.1.44004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/44004>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- MELZER, A.; WEINBERGER, M.; ZINMAN, R. **The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

PINTO, M. Os precursores do jornalismo de celebridades e suas adjetivações: entre perfis, muckrakers, sob sisters e colunistas sociais. **Mosaico** (FGV), v. 7, n. 10, p. 1-21, 2016.

PINTO, L. **Sociologia dos intelectuais**. São Paulo: Edusp, 2023.

PIZA, D. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2007.

POSNER, R. **Public intellectuals: A study of decline**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

RÜDIGER, F. Sartre, o soberano maior dos intelectuais. **Correio do Povo**, 19 jun. 2015.

RÜDIGER, F. **Síntese de história da publicística: estágios reflexivos da ciência da comunicação pública alemã**. Florianópolis: Insular, 2019

RÜDIGER, F. O Pensamento Jornalístico de Albert Camus: Crepúsculo do Liberalismo Tardio Europeu. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, p. 28-44, 2023. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.121202313897. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13897>>.

RÜDIGER, F. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética, Itália e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017

RÜDIGER, F. Upton Sinclair e as origens da crítica à imprensa segundo o modelo da propaganda. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 10, p. 103-120, 2013.

SAID, E. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHUDSON, M. **The Sociology of News**. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

SILVA, F. L. O imperativo ético de Sartre. *In*: NOVAES, A. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOWELL, T. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

WAINBERG, J. **Influenciadores sociais: o feitiço, a fama e a fé**. Brasília: Senado, 2021.

WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

WRIGHT MILLS, C. On knowledge and power. *In*: ETZIONI, A.; BOWDITCH, A. **Public Intellectuals an endangered species?**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ZOLA, É. **Eu acuso!** São Paulo: Hedra, 2008.